



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Um passo adiante: Celso Furtado entre “Formação Econômica do Brasil” e “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”

*One step further: Celso Furtado between "The Economic Growth of Brazil" and
"Development and Underdevelopment"*

*Gessi Pereira Nunes; Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do
Maranhão; gessipnunes@gmail.com*

*Luiz Eduardo Simões de Souza; Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.
Professor da Universidade Federal do Maranhão; luizedusouza@gmail.com*

RESUMO: O presente artigo busca explorar a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado dentro do contexto de seu processo histórico de formação, ou seja, como foi sua construção dentro de um contexto determinado, destacando suas influências teóricas, as controvérsias enfrentadas e geradas a partir de sua intervenção e suas inflexões. Busca-se analisar as contraposições de Celso Furtado existentes no debate, analisando o desenvolvimento e sua teoria, bem como seu processo histórico, seguido de elementos que compõem a Teoria do Subdesenvolvimento dentro do discurso de Furtado, finalizando com dilema entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento na visão do autor. A pesquisa será conduzida por meio de análise documental e bibliográfica, a partir da coleta de estudos e artigos relevantes ao tema, buscados em bibliotecas eletrônicas de publicações científicas retiradas de base de dados e livros de economia relacionados ao tema.

Palavras-chave: Celso Furtado. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. América Latina.

ABSTRACT: The present article aims to explore Celso Furtado's theory of underdevelopment within the context of its historical formation process, that is, how it was constructed within a determined context, highlighting its theoretical influences, the controversies faced and generated from his intervention, and its inflections. The article seeks to analyze the counterpositions of Celso Furtado in the debate, analyzing the development and its theory, as well as its historical process, followed by elements that make up the Theory of Underdevelopment within Furtado's discourse, ending with the dilemma between development and underdevelopment in the author's view. The research will be conducted through documentary and



bibliographic analysis, based on the collection of relevant studies and articles on the topic, searched in electronic libraries of scientific publications taken from databases and economics books related to the theme.

Celso Furtado. Development. Underdevelopment. Latin America.

1. INTRODUÇÃO

Celso Furtado (1920 - 2004), um dos principais economistas brasileiros do século XX, destacou-se por sua análise crítica da situação de subdesenvolvimento dos países periféricos em relação aos países centrais. Ele identificou o subdesenvolvimento como um fenômeno complexo, resultado de uma estrutura econômica desigual e dependente, que impõe limites à capacidade de crescimento dos países em desenvolvimento.

Ainda durante a primeira metade do século XX, diversos eventos marcantes, como guerras, crises e revoluções¹, levantaram importantes questões que geraram uma ampla gama de formulações controversas em torno do desenvolvimento de regiões atrasadas, periféricas, subdesenvolvidas ou dependentes. O período entre guerras, de transição hegemônica, permitiu a possibilidade de mudanças na hierarquia do sistema, intensificando a disputa entre as burguesias industriais pela afirmação nacional e internacional.

O pós-guerra foi marcado pela polarização das posições políticas em decorrência da guerra fria, que colocou o resto do mundo em disputa pela influência de EUA e URSS. A inserção diferenciada de cada país no sistema mundial criou diferentes pontos de observação, e este pode ser considerado um dos aspectos mais importantes do pensamento surgido na CEPAL², que criticou a economia do desenvolvimento ortodoxa sob a perspectiva da periferia. Apesar de limitados pela defesa dos interesses da burguesia industrial latino-americana em ascensão, os autores cepalinos abriram um novo horizonte de reflexão para a América Latina³.

¹ Ver Hobsbawm (1995).

² A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) foi criada em 1948 como um organismo das Nações Unidas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe.

³ Sobre isso, veja-se Barbosa (2004).



A teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado surgiu a partir de uma transição gradual das teorias ortodoxas do desenvolvimento para uma concepção própria fundamentada no estruturalismo latino-americano. Durante os anos 1950, Furtado desenvolveu de forma autônoma seu pensamento, sendo possível identificar uma mudança mais significativa em meados da década seguinte.

Um primeiro marco desse processo de autonomização é a obra "*Formação Econômica do Brasil*"⁴, de 1959. Nela, Furtado consolida um escolho das ideias presentes em sua tese de doutoramento pela Universidade de Sorbonne, em 1948, para dar um primeiro no sentido de formular uma teoria (FURTADO, 2001).

Em seu livro "*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*", de 1961, Celso Furtado aprofunda sua reflexão sobre o tema, propondo um novo modelo de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. Nele, Furtado argumenta que o desenvolvimento econômico não deve ser visto apenas como um processo de crescimento econômico, mas como transformação social, reduzindo as desigualdades sociais e garantindo o bem-estar da população.

"*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*", de Celso Furtado, é um clássico da literatura econômica. A obra tem como objetivo principal analisar as causas do subdesenvolvimento nos países periféricos e propor alternativas para o desenvolvimento econômico desses países. A importância da obra reside fundamentalmente na análise crítica das causas do subdesenvolvimento nos países periféricos e propõe alternativas para o desenvolvimento econômico desses países. No conjunto da obra furtadiana, ela constitui um movimento no sentido de sair da consolidação das teses históricas sobre a economia brasileira presentes em *Formação Econômica do Brasil* para uma primeira formulação teórica do fenômeno conhecido como subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o presente artigo propõe um exame da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado dentro de um contexto histórico determinado,

⁴ Caracterizada como um ensaio de aplicação do estado-da-arte da teoria econômica de sua época (1958) à história econômica do Brasil, a obra mais conhecida de Celso Furtado marca também a consolidação do discurso econômico de cunho estruturalista que marcaria não apenas o todo da obra do autor, mas também uma escola de pensamento econômico – a Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina (e, posteriormente, do Caribe), CEPAL – e maneira singular de expressão do discurso da análise e política econômica.



destacando suas influências teóricas geradas a partir de sua intervenção e suas reflexões.

Para introduzir as principais controvérsias existentes no debate que se perpassou entre as teorias que conduziam o desenvolvimento e subdesenvolvimento, serão arroladas cinco seções dentro deste artigo, incluindo este preâmbulo introdutório. A seção *Desenvolvimento: o desenrolar entre a teoria e o processo histórico*, busca narrar o período histórico determinado em que se iniciou o debate desenvolvimentista e suas controvérsias, demonstrando também como tais formulações obtêm semelhanças com a ideologia do progresso e estabelecem a diferença no grau de desenvolvimento dos países como uma condição de maturidade do sistema econômico. A seção seguinte, *Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento no Discurso de Celso Furtado*, busca analisar brevemente como Furtado vinha trabalhando na construção conceitual do subdesenvolvimento, tendo por base o *sistema centro-periferia de Prebisch*⁵, com ênfase nas formulações do autor sobre a dinâmica cíclica da economia mundial e de seus efeitos distintos para o centro e para a periferia. Já em *Celso Furtado e o dilema entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento*, tem-se por objetivo abordar a formação da controvérsia que se insere dentro do diálogo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, onde Furtado adota uma abordagem histórica para entender o subdesenvolvimento, deixando de lado uma abordagem quantitativa e rompendo com a perspectiva do atraso e a ideologia do progresso. Por fim, em notas conclusivas, será abordada também a posição de Furtado em algumas questões ligadas ao tema, de forma a conferir destaque a forma como o autor adere a economia do desenvolvimento enquanto fonte para sua formulação original – a princípio aderindo à economia do desenvolvimento e aos poucos adquirindo autonomia teórica para formular sua própria crítica.

⁵ Ver mais em *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas* (1949); *Crescimento, Equilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico* (1950) – parte introdutória ao famoso *Estudo Econômico da América Latina*, 1949; e *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico* (1951).



2. DESENVOLVIMENTO: O DESENVOLVER ENTRE A TEORIA E O PROCESSO HISTÓRICO

Desde o início do século XX, a ideia de desenvolvimento tem sido central na agenda de governos e instituições internacionais. As primeiras teorias do desenvolvimento surgiram nesse contexto, buscando entender e propor soluções para as desigualdades socioeconômicas que marcavam o mundo.

Ao longo das décadas seguintes, diferentes abordagens teóricas surgiram, cada uma com suas ênfases e limitações, refletindo também as transformações do mundo em termos econômicos, políticos e sociais⁶. Essa seção pretende contextualizar esse processo histórico dentro do cenário para o qual Furtado estava inserido.

Para tanto, parte-se da seção inicial do livro intitulado "*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*", onde Furtado dedica-se a uma análise crítica das teorias do desenvolvimento, avança para uma proposta de síntese sobre o mecanismo de desenvolvimento e conclui com uma interpretação do processo histórico de desenvolvimento da economia capitalista europeia⁷. Furtado se baseia em uma perspectiva teórica que está próxima das teorias ortodoxas do desenvolvimento. No entanto, ele busca superar essa abordagem, principalmente por meio da introdução da categoria excedente em sua análise, como apontado por Mallorquin (2005).

No primeiro capítulo do livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961)*, o autor aborda a teoria do desenvolvimento na ciência econômica, tendo como base sua primeira versão apresentada no livro *A Economia Brasileira*, publicado em 1954. Nesse capítulo, o autor faz uma análise histórica do pensamento econômico relacionado à teoria do desenvolvimento, considerando a economia política clássica, Marx, neoclássicos, Schumpeter e Keynes.

⁶ Dentre as principais abordagens do período, tem-se : o “big-push” de Rosenstein-Rodan (1943); o “crescimento equilibrado” de Ragnar Nurkse (1952, 1953); a estratégia de “crescimento desequilibrado” de Hirschman (1958); a tese da “causalidade circular e cumulativa” de Myrdal (1957); os “polos de crescimento” de Perroux (1955); o “modelo dos dois setores com oferta ilimitada de força de trabalho” de Arthur Lewis (1954, 1955); “descolagem” da teoria das etapas de crescimento de W. W. Rostow (1956, 1960). Para uma síntese, ver *The Economics of Underdevelopment*, organizado pelos autores A. N. Agarwala e P. S. Singh (1958).

⁷ Na introdução de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (p. 11), Furtado salienta que todo seu trabalho intelectual de 1951 a 1961 tinha o objetivo de “encontrar caminhos de acesso à inteligência dos problemas específicos do subdesenvolvimento econômico”.



Ao longo dos anos, o autor atualizou o capítulo, incluindo uma seção sobre Marx e fazendo uma análise político-ideológica das teorias em seu contexto histórico. Na versão original de 1954, o autor concluiu que essas teorias tendiam mais para uma teoria da estagnação do que para uma teoria do desenvolvimento.

De acordo com Furtado (1961), a economia política clássica introduziu o conceito de excedente ao analisar a economia a partir da produção, destacando a disputa pela apropriação entre as classes sociais. Embora tenha desempenhado um papel revolucionário ao consolidar o poder burguês contra os resquícios feudais, a perspectiva ideológica adotada teria dificultado a compreensão do caráter histórico do desenvolvimento econômico.

Adam Smith é apontado como o principal teórico do processo de acumulação de capital, defendendo a origem do valor no trabalho e a divisão do trabalho como fator de aumento de produtividade. No entanto, teria limitado o desenvolvimento econômico à propensão natural à troca, deixando de lado aspectos históricos fundamentais.

Já David Ricardo, teria considerado a acumulação de capital como um fenômeno fugaz, limitado pela lei dos rendimentos decrescentes e pelo princípio da população de Malthus. Para Ricardo, a intervenção política seria necessária para contornar a estagnação, com o fim do protecionismo agrícola sendo uma medida crucial. Mill, por sua vez, seguindo trajetória semelhante, elaborando uma teoria da tendência ao estado estacionário, que seria retardada apenas pela ação do progresso técnico, mas que acabaria por se confirmar com a baixa progressiva dos lucros.

No geral, Furtado (1961) aponta que as teorias clássicas do desenvolvimento não foram capazes de compreender o caráter histórico e complexo do processo de desenvolvimento econômico, e que a introdução da categoria excedente em sua análise é uma tentativa de superação dessas limitações teóricas.

Furtado defende que a economia política clássica foi revolucionária em sua época, pois procurou analisar as contradições entre as classes sociais e a disputa pela apropriação do excedente, contribuindo para consolidar o poder burguês contra os resquícios feudais representados pelos proprietários de terra. No entanto, ele critica a



abordagem de Marx, afirmando que sua análise seria qualificada como utópico-revolucionária:

“Em síntese, a posição dos clássicos pode ser qualificada de ideológico-revolucionária, sendo a racionalização de forças tendentes a consolidar uma situação histórica em franco avanço. A posição de Marx, por outro lado, poderia ser qualificada de utópico-revolucionária: racionalização de forças tendentes a superar uma situação histórica consolidada.” (FURTADO, 1961, p.34).

Furtado (1961) também aponta para a cisão na economia política no final do século XIX, com a emergência de uma abordagem neoclássica que se preocupava mais com a análise da distribuição e do equilíbrio geral do que com a acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas. Ele critica a teoria do equilíbrio geral por eliminar conceitos como excedente, lucro, acumulação e desenvolvimento, que só seriam possíveis fora da posição de equilíbrio. Furtado argumenta que o enfoque neoclássico, ao postular uma tendência ao equilíbrio, traria em si uma tendência à estagnação.

Em resumo, Furtado destaca a importância da análise das contradições entre as classes sociais na economia política clássica e critica tanto a abordagem filosófica de Marx quanto a tendência ao equilíbrio na abordagem neoclássica. Propõe uma abordagem que leve em consideração tanto a distribuição quanto a acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas, sem perder de vista as contradições entre as classes sociais e a necessidade de intervenção política para contornar a estagnação.

Apesar de estar dentro da teoria do equilíbrio geral, a teoria do empresário de Schumpeter foi um avanço ao abordar a produção e a formação do lucro. Ele reconheceu a importância do progresso tecnológico como um fator dinâmico da economia capitalista e atribuiu ao empresário o papel criador na introdução de inovações. No entanto, Furtado (1961) argumentou que Schumpeter não conseguiu desenvolver uma teoria consistente do desenvolvimento, apontando duas falhas principais.

A primeira seria a atribuição de um sentido universal ao espírito empreendedor, uma categoria abstrata que teria origem na natureza humana, assim



como a propensão à troca de Smith. A segunda falha seria a submissão ao equilíbrio, onde a inovação tecnológica é vista apenas como uma passagem para outro plano em que o equilíbrio seria restabelecido. Por fim, Furtado criticou a ausência de uma teoria da acumulação em Schumpeter, já que ele concebeu a inovação de maneira abstrata, sem entender como parte do processo de acumulação de capital, o que resultou na perda da dimensão histórica do desenvolvimento.

Furtado (1961) critica Schumpeter por não ter uma teoria da acumulação e por conceber a inovação de forma abstrata, sem entender sua relação com o processo de acumulação de capital e a dimensão histórica do desenvolvimento. No entanto, Furtado aponta que Keynes reconheceu o investimento como elemento dinâmico do sistema econômico e formulou uma teoria da inversão, rompendo com o equilíbrio geral espontâneo em condições de pleno emprego.

Embora sua análise se restrinja ao curto prazo, Keynes estabeleceu um ponto de partida fundamental para a teoria do desenvolvimento ao questionar o equilíbrio geral e colocar em pauta a análise dos motivos do empresário para investir, que influencia o nível de produção e emprego. Embora Furtado reconheça que a análise de Keynes ignore elementos essenciais como a acumulação e o progresso técnico, ele avalia que a contribuição de Keynes é importante para o desenvolvimento da teoria econômica.

Ao questionar as teorias do desenvolvimento na economia, o autor toma uma posição que se alinha à teoria clássica do excedente, que se concentra na produção, apropriação e utilização desse excedente. Ele rejeita tanto as tendências de acumulação apresentadas por Marx quanto as tendências ao equilíbrio contidas no enfoque neoclássico. Essa revisão crítica das teorias do desenvolvimento na economia é uma forma de o autor expressar sua posição, com finalidade de formular uma teoria voltada ao desenvolvimento econômico:

“A teoria do desenvolvimento econômico trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social. Essa tarefa explicativa projeta-se em dois planos. O primeiro – no qual predominam as formulações abstratas – compreende a análise do mecanismo propriamente dito do processo de crescimento [...]. O segundo – que é o plano histórico – abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade



dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata.” (FURTADO, 1961, p.19).

Em resumo, as ideias iniciais de Furtado foram fundamentais para a constituição de sua teoria sobre o desenvolvimento econômico. Sua experiência prática no Brasil e em outros países da América Latina, combinada com sua formação acadêmica e sua ampla visão histórica e sociológica, permitiu que ele visse além das teorias tradicionais e compreendesse a dinâmica complexa do desenvolvimento econômico em contextos de países subdesenvolvidos.

É aparente que, ao longo da década de 1950, Furtado tenha começado a desenvolver uma teoria do subdesenvolvimento que se diferenciava do modelo europeu de desenvolvimento econômico. Ele percebeu que o subdesenvolvimento não era apenas um caso especial de desenvolvimento, mas uma trajetória histórica distinta que precisava ser compreendida separadamente:

“Nesse ponto a teoria do desenvolvimento tem que baixar ao plano histórico [...]. É nesse sentido que falamos de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas; de economias autônomas e dependentes etc. Consequentemente, a teoria do desenvolvimento, após haver sido apresentada em termos muito gerais, para adquirir precisão deverá assumir formulações especiais relativas a determinados processos históricos de desenvolvimento.” (FURTADO, 1961, p.108).

Furtado estabeleceu uma divisão na história do capitalismo, onde existiam dois processos históricos: *desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Oliveira (2003) destaca que essa é uma construção de tipos ideais que permite aproximações sucessivas da realidade concreta, de forma a matizar os diferentes graus de subdesenvolvimento.

3. ELEMENTOS DE UMA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO NO DISCURSO DE CELSO FURTADO

É aceito que desde o início da década de 1950, reconheça-se que Furtado vinha trabalhando na construção conceitual do subdesenvolvimento. Mesmo com um referencial teórico eclético, ele sempre avaliava criticamente o alcance das teorias vigentes em relação à realidade histórica, postura que se intensificou já em meados da década, como evidenciado em sua participação na mesa-redonda realizada no Rio de Janeiro em 1957, onde ele foi responsável pelos *comentários sobre os estudos do*



*Professor Rosenstein-Rodan*⁸. Esses comentários deixaram clara sua divergência com a teoria ortodoxa do desenvolvimento, apontando o rumo que ele seguia na definição conceitual do subdesenvolvimento:

“Primeiramente, creio que pecaríamos por um excesso de generalização se, de início, não definíssemos o que entendemos por subdesenvolvimento. Creio que esse conceito possui uma dimensão histórica que não se deve perder de vista. Não há economias subdesenvolvidas por si, mas tão-somente em comparação com outras economias contemporâneas. A Inglaterra do século XVII ou a Itália do século XVI não podem ser consideradas economias subdesenvolvidas. O segundo fato que cumpre destacar é o seguinte: o desenvolvimento econômico dos últimos 150 anos, corretamente qualificado de industrialização, é um fenômeno qualitativamente distinto dos processos de desenvolvimento que as economias tipicamente comerciais conheceram. O crescimento de uma economia industrial é, basicamente, um processo endógeno, inseparável do progresso tecnológico, enquanto que as economias comerciais cresciam principalmente por aglutinação, isto é, por expansão horizontal.” (FURTADO, [1957] 1964, p.87).

Suas principais questões eram a perspectiva histórica do subdesenvolvimento e a diferenciação do mecanismo de crescimento na economia industrial e comercial. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado utilizou recursos teóricos apreendidos em Cambridge⁹ para buscar uma nova síntese teórica.

O autor apresenta uma nova argumentação, na qual destaca as principais características da economia industrial, incluindo o crescimento endógeno e a importância do progresso tecnológico para a formação de capital. Ele busca incorporar uma dimensão histórica aos modelos teóricos de crescimento econômico, utilizando uma interpretação da revolução industrial inglesa¹⁰.

⁸ Ver Ellis e Wallich ([1957] 1964).

⁹ Especialmente nos trabalhos de Kaldor, Joan Robinson e Eric Hobsbawm.

¹⁰ O autor divide sua interpretação em duas fases. Na primeira fase, o empresário atuava como elemento dinâmico, introduzindo novas técnicas de produção e reduzindo os custos dos produtos. Nesse período, a indústria absorvia gradualmente o sistema pré-capitalista, sem alta nos salários, e havia uma redistribuição de renda em favor dos lucros, acompanhada pelo aumento da participação da indústria de bens de capital na estrutura produtiva. Essa fase se encerrava com a total absorção da economia pré-capitalista e do excedente estrutural de mão de obra. Na segunda fase, argumenta que as características estruturais se diferenciam da fase anterior, com o elemento dinâmico atuando simultaneamente na oferta e demanda. O aumento de produtividade e lucros na indústria gerou maior demanda por bens de capital, o que por sua vez impulsionou a expansão da produção e a contratação de mais trabalhadores, estimulando a demanda por bens de consumo. Essa interação entre a produção de bens de consumo e bens de capital garantiu o dinamismo do sistema, tornando o crescimento um processo endógeno e autônomo. (FURTADO, 1961).



O autor parece tentar historicizar também a lei de Say e o princípio da demanda efetiva, assim como a determinação dos salários pelo nível de subsistência ou pela produtividade do trabalho. Na primeira fase do desenvolvimento industrial europeu predominaria o elemento dinâmico do lado da oferta, que deveria criar sua própria demanda, e os salários seriam determinados pelo nível de subsistência, uma vez que a desarticulação do sistema artesanal garantia uma oferta elástica de trabalhadores. Já na segunda fase, a diferenciação da estrutura produtiva conferiria dinamismo à demanda, com sua diversificação guiando as mudanças na produção, da mesma forma que a absorção dos trabalhadores excedentes implicaria a determinação dos salários pela produtividade do trabalho (FURTADO, 1961).

Furtado difere da análise de Prebisch sobre a peculiaridade do desenvolvimento latino-americano, historicizando a formação do sistema capitalista e apontando para diferentes trajetórias de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Em outras palavras, Furtado (1961) argumenta que a entrada do capitalismo em países subdesenvolvidos não é suficiente para transformar a estrutura econômica e social dualista.

Ele argumenta que a presença de um setor capitalista pode ter um impacto limitado na economia subdesenvolvida, uma vez que a massa de lucros não é reinvestida produtivamente dentro do sistema econômico subdesenvolvido, mas é enviada de volta para o país de origem. Isso impede que a economia subdesenvolvida desenvolva uma base produtiva autônoma e se integre plenamente ao sistema capitalista mundial (FURTADO, 1961).

Furtado (1961) também destaca que, mesmo que o setor capitalista pague salários mais altos do que o nível de subsistência prevalecente na região, a oferta de mão de obra continua sendo totalmente elástica, o que significa que a massa de salários depende do volume de mão de obra empregado. Isso resulta em uma situação em que os trabalhadores continuam a viver em condições precárias e a serem explorados, mesmo com a presença do setor capitalista.

É importante mencionar que há uma tentativa de contextualizar historicamente as hipóteses empiristas de Prebisch. A propagação lenta e irregular do progresso técnico, observada por Prebisch, é vista como uma dificuldade de difusão do sistema



capitalista de produção. Além disso, a transferência dos frutos do progresso técnico é reinterpretada como transferência do excedente, onde a produção com salários mantidos no nível de subsistência poderia gerar altas margens de lucro para o capital estrangeiro investido nos países subdesenvolvidos.

De acordo com a análise do autor, o subdesenvolvimento passa por duas etapas distintas, onde a dependência se manifesta de maneiras diferentes. Na primeira fase, a dependência está relacionada à formação de poupança, enquanto na segunda fase, a dependência se manifesta na transformação dessa poupança em investimento real, através da importação de bens intermediários e de capital.

Consequentemente, o aumento dos investimentos acaba elevando o coeficiente de importações, e qualquer política de desenvolvimento que busque acelerar o crescimento enfrentará pressões externas sobre o balanço de pagamentos e inflação. Entretanto, essas pressões não seriam autônomas, mas sim uma expressão dos desajustamentos estruturais que acompanham o crescimento dos países subdesenvolvidos, exigindo uma política de orientação dos investimentos baseada no planejamento global da economia.

No processo de industrialização por substituição de importações, o sistema de preços de mercado não é capaz de orientar os investimentos de forma adequada. Isso ocorre devido ao caráter pioneiro de alguns empreendimentos substitutivos, o que torna inviável a projeção de expectativas por parte dos empresários e aumenta a incerteza em relação ao retorno do investimento.

Como resultado, há uma concentração dos investimentos em setores já consolidados, deixando os setores da fronteira de substituição nas mãos das empresas internacionais. Essas empresas contam com grande poder financeiro, maior capacidade técnica e posição consolidada no mercado, o que lhes garante condições de concorrência muito favoráveis. A razão para a entrada dessas empresas na economia subdesenvolvida é contornar a restrita capacidade para importar, o que lhes permite obter ganhos significativos em um ambiente de concorrência limitada.

Essa situação de concentração dos investimentos nos setores consolidados e de carência de investimentos nos setores de fronteira da substituição leva a um



agravamento dos desajustes estruturais na economia subdesenvolvida, que é intensificado pelo sistema de preços de mercado. Isso resulta em capacidade ociosa nos setores consolidados e no controle do capital estrangeiro nos setores de fronteira, atendendo aos interesses de suas matrizes de origem.

Essa desigualdade estrutural é a origem do desequilíbrio externo e da inflação na economia subdesenvolvida. Para superar esses problemas, Furtado então defende a necessidade de um planejamento estatal do desenvolvimento, que permita a programação e a orientação dos investimentos de forma mais equilibrada.

4. CELSO FURTADO E O DILEMA ENTRE O DESENVOLVIMENTO E O SUBDESENVOLVIMENTO

Ao analisar a América Latina, a CEPAL adotou uma abordagem não linear da história e gradualmente abandonou a economia do desenvolvimento, incluindo a concepção de centro-periferia e subdesenvolvimento. Celso Furtado, inspirado em Prebisch e na economia do desenvolvimento, historicizou a categoria de subdesenvolvimento, combinando a perspectiva histórica dos estudiosos da formação econômica do Brasil com a análise da CEPAL. Essa síntese teórica foi expressa no método histórico-estrutural e resultou na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, que preservou parcialmente, negou alguns elementos e superou a economia do desenvolvimento e o sistema centro-periferia de Prebisch.

Na década de 1950, Furtado começou a se destacar e desenvolver sua própria teoria, aproveitando algumas das ideias propostas por Prebisch. Ele foi ainda mais longe ao fundamentar sua análise econômica na categoria de excedente, o que o permitiu se afastar ainda mais da teoria neoclássica do que Prebisch. Além disso, Furtado incorporou dimensões históricas, sociais e políticas às suas formulações econômicas, algo que Prebisch só faria muito mais tarde, na década de 1970, em grande parte influenciado por Furtado.

Pode-se perceber que Furtado também adota um estilo eclético, mesclando ideias da economia política clássica e da teoria neoclássica, tendência comum aos autores abordados aqui e possivelmente influenciada pela visão de Keynes. A ambiguidade conceitual sobre a teoria do valor, a definição de lucro e a formação dos



salários se revela neste ecletismo, oscilando entre abordagens clássicas e neoclássicas. Porém, ao adotar a perspectiva da produção e ao utilizar a categoria excedente, Furtado é capaz de ampliar seu enfoque analítico, fundamentado na produção, apropriação e uso do excedente econômico. Isso lhe permite compreender a luta de classes em sua dimensão histórica, sociológica e política.¹¹

Antes de mais nada, Furtado adota uma abordagem histórica para entender o subdesenvolvimento, deixando de lado a análise quantitativa e etapista. Ele questiona a perspectiva do atraso e da ideologia do progresso, rompendo parcialmente com essa perspectiva.

Em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado formaliza sua teoria do subdesenvolvimento, mas ainda mantém uma visão linear de evolução das estruturas subdesenvolvidas. Ele identifica diferentes graus e etapas de subdesenvolvimento, o que implica uma trajetória paralela de subdesenvolvimento para teorizar sobre os países latino-americanos dentro do sistema mundial capitalista.

Dentro de suas limitações históricas e ideológicas, Furtado não propõe uma ruptura radical com o sistema capitalista, mas sim defende os interesses da burguesia industrial brasileira, considerando-a como promotora do progresso social. Ele acredita que a industrialização e a ascensão dessa classe ao poder político (ou seja, ao controle do Estado) são elementos essenciais para superar a antiga sociedade agroexportadora e acabar com o sistema econômico colonial. Como parte da burocracia estatal e ocupando posições importantes no Estado, Furtado defende o controle estatal do planejamento econômico, combinando uma visão weberiana da racionalidade superior da burocracia estatal com a proposta de Mannheim de uma formulação teórica para ampliar sua capacidade de intervenção na realidade. Seu horizonte e limite ideológico é o reformismo redistributivo, que defende a industrialização com maior participação econômica e política da classe trabalhadora.

Durante os anos 1950, a defesa fervorosa da industrialização como meio para superar a condição periférica e subdesenvolvida refletia os interesses das burguesias industriais e dos governos dos maiores países latino-americanos. Em certa medida,

¹¹ Uma abordagem que incorpora Marx, Pirenne, Weber e Mannheim em sua teoria.



esses governos implementaram políticas recomendadas pela CEPAL, como protecionismo, planejamento estatal, integração regional, financiamento externo através de instituições internacionais e controle do investimento estrangeiro direto. Essas políticas estão associadas ao período que abrange a década de 1950 e, no caso do Brasil, se encerra com o golpe de 1964.

Para Furtado, o subdesenvolvimento não seria apenas um estado econômico, mas também uma condição social, política e cultural. Ele acreditava que o subdesenvolvimento é um processo histórico, e não apenas uma característica inerente aos países que sofrem com essa condição. As causas do subdesenvolvimento estariam relacionadas a fatores estruturais, tais como a exploração colonial, a dependência econômica, a concentração de renda e a falta de investimento em infraestrutura e capital humano.

Para superar o subdesenvolvimento, Furtado propunha, assim, um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e na diversificação da produção, que deveria ser conduzido por um planejamento centralizado e pela intervenção do Estado na economia. Além disso, Furtado enfatizava a importância da integração econômica e da cooperação internacional para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

A exportação de matérias-primas, para Celso Furtado, não seria uma estratégia viável para os países periféricos, pois esta não geraria desenvolvimento tecnológico nem tampouco riqueza para a população. Os países ditos desenvolvidos deveriam transferir tecnologia e recursos financeiros para os países periféricos, de forma a estimular seu desenvolvimento.

Em "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento", de 1961, Furtado aprofunda sua reflexão sobre o tema, propondo um novo modelo de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. Nele, Furtado argumenta que o desenvolvimento econômico não deve ser visto apenas como um processo de crescimento econômico, mas como transformação social, reduzindo as desigualdades sociais e garantindo o bem-estar da população. Suas ideias sobre a importância da intervenção do Estado na economia, da diversificação da produção e da cooperação internacional continuam sendo relevantes até os dias de hoje, especialmente em um contexto de globalização econômica e de desigualdades sociais e econômicas crescentes.



Isso não significa, de maneira alguma, que essas teses não mereçam ponderação crítica. Furtado reconhece a importância da industrialização e da diversificação da produção para o desenvolvimento econômico, mas sua abordagem pode ser considerada limitada ao não abordar a questão das relações de produção capitalistas e de classe que perpetuam o subdesenvolvimento. A análise de Furtado não explora a dinâmica de exploração do trabalho e de apropriação do excedente.

Além disso, a proposta de planejamento centralizado e intervenção do Estado na economia defendida por Furtado pode ser também posta em xeque. A tese de que o Estado, pela ação da sociedade organizada pode ser o motor para a transformação de estruturas seculares de dominação promotoras do subdesenvolvimento subestima o grau de comprometimento do próprio Estado com os setores que se beneficiariam dessas estruturas, o que constituiria, em última análise, uma inconsistência lógica no plano de superação do subdesenvolvimento por vias institucionais sugerido por Furtado, com o qual o mesmo parece ter, honestamente, se comprometido, em sua atuação política.

Uma extensão do reconhecimento dos limites da estratégia proposta por Furtado para a superação do subdesenvolvimento pode chegar mesmo à questão da cooperação internacional. A divisão internacional do trabalho e a dependência econômica dos países periféricos em relação aos países desenvolvidos são resultados do processo de acumulação de capital no modo de produção capitalista, e que a cooperação internacional não pode superar essas relações de dominação.

De toda forma, é necessário reconhecer que, na década de 1960, Furtado já observava que o processo de industrialização baseado na substituição de importações havia atingido seu limite. Ele concluiu que a inflação não poderia mais ser usada como meio de redistribuição de renda em favor dos lucros, o que resultou em uma desaceleração do crescimento econômico e um aumento das tensões sociais. Furtado, que dirigia a Sudene em Recife, argumentou que era necessário buscar fontes de dinamismo endógenas, centradas no mercado interno. Politicamente, assumiu um papel mais preponderante no governo Goulart (1961 - 1964), terminando por deixar a Sudene, e assumir o Plano Trienal (ele mesmo uma tentativa de conciliar interesses difíceis de conciliar em termos de estratégias de desenvolvimento), na linha de frente



de resistência ao golpe, que viria em definitivo em 1964. É sintomático que o próprio Furtado reconhecia as reformas de base como um limite ideológico e um horizonte para a estratégia de superação do subdesenvolvimento brasileiro por vias institucionais.

Furtado, então, veria o resultado prático da tentativa de aplicação da estratégia de superação do subdesenvolvimento por vias institucionais tomar corpo na própria subversão dessas vias. Isso não passaria despercebido pelo crivo do intelectual, que passaria a observar um horizonte mais amplo de variáveis na concepção de sua teoria do subdesenvolvimento. Isso já estaria presente em “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico” (1968), obra que consolida as ideias engendradas naquela década, e oferece uma crítica bastante honesta em “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, escrito já no exílio, na virada dos anos 1960 - 1970.

5. CONCLUSÕES

A formulação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado foi um marco importante na compreensão das características específicas do desenvolvimento econômico dos países periféricos. Partindo de uma análise crítica do processo histórico e econômico dos países latino-americanos, Furtado mostrou como a dinâmica econômica desses países foi influenciada por fatores internos e externos, que contribuíram para a sua condição de subdesenvolvimento.

É importante ressaltar que o passo teórico adotado por Furtado de “Formação Econômica do Brasil” a “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” não se deu sem um profundo choque empírico, em boa parte dado pelos eventos da época em que tais ideias se apresentavam. A tese da possibilidade de superação do subdesenvolvimento a partir de reformas promovidas institucionalmente, sem conflitos distributivos, na estrutura de posse dos meios produtivos, ou mesmo na divisão internacional do trabalho foi completamente rejeitada pelos fatos históricos. É importante pontuar também, nesse sentido, que o próprio Furtado não foi desatento a tais fatos, ampliando e reformulando suas teses sobre o desenvolvimento e suas estratégias de superação, que se tornaram mais amplas, nas décadas seguintes.



De toda forma, nessa primeira formulação, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado já aponta para a necessidade de uma ruptura com o modelo econômico centrado na exportação de matérias-primas e na importação de bens manufaturados, que se perpetuou ao longo do período colonial e neocolonial. A solução proposta por Furtado foi a industrialização baseada no mercado interno, que permitiria a criação de empregos, a geração de renda e a elevação do padrão de vida da população. Ela permanece como uma importante contribuição para a compreensão da dinâmica econômica dos países periféricos. Sua defesa da industrialização baseada no mercado interno, do controle estatal sobre o planejamento econômico e da necessidade de uma redistribuição mais justa da renda continuam sendo temas relevantes na atualidade, especialmente em um contexto de crescente desigualdade econômica e social. O cerne dessas ideias sobre a superação do subdesenvolvimento não desapareceria nas formulações ulteriores de Celso Furtado, apenas sendo agregadas pela incorporação de aspectos mais amplos, envolvendo não apenas a economia ou a política, mas também a cultura. Furtado terminaria por identificar o subdesenvolvimento como um fenômeno cultural, já nos anos 1980, visão que se reforçaria em seu último quartil de vida, estando cada vez mais presente em sua produção tardia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, W. Relembrando a Formação da CEPAL. *Pesquisa & Debate*, volume 15, n. 2(26), pp. 176-199, São Paulo, 2004.
- FURTADO, C. Características Gerais da Economia Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 4, n.1, p.7-37. Rio de Janeiro, 1950.
- FURTADO, C. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1952] 1969.
- FURTADO, C. *A Economia Brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.
- FURTADO, C. *Economia colonial do Brasil nos séculos XVII e XVIII. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec-ABPHE, 2001.
- FURTADO, C. O Desenvolvimento Econômico (ensaio de interpretação histórico analítica). In: *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, n.1, v.1, jan-mar, 1955.
- FURTADO, C. Comentários sobre estudos do Professor Rosenstein-Rodan. In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (orgs.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, [1957] 1964.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 31ª edição, [1959] 2003.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, [1967] 1983.
- FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1917 - 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, [1971] 2003.
- PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas. In: PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, [1949] 2011.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

PREBISCH, R. Crescimento, Desequilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico. In: PREBISCH, R. O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, [1950] 2011.

RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Nova Cultural, [1817] 1988.

SMITH, A. Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. São Paulo: Nova Cultural, [1776] 1988.

PRADO JÚNIOR, C. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 21ª edição, [1933] 2007.